

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

DATA, HORA E LOCAL: 20 de maio de 2005, às 14 horas, na sede da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA (“Coelba” ou “Companhia”), na Avenida Edgar Santos, 300, bloco B - Salvador, BA. **CONVOCAÇÃO:** Através de Edital de Convocação publicado nos jornais “Valor Econômico”, nos dias 05, 06 e 09/05/2005 e no “Diário Oficial do Estado da Bahia”, nos dias 05, 06 e 07/05/2005. **PRESENCAS:** Foi verificada presença de acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, conforme registro em livro próprio. Foram registradas presenças do Sr. Emmanuel Sampaio Lôpo, Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e do representante do Conselho Fiscal. **MESA:** Presidente: Cláudia Cunha Fragoso; Secretário: Lúcio Aragão Santos, escolhidos na forma do Parágrafo 1º do artigo 11 do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA:** (I) Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografárias, sem garantia, de emissão da Companhia, para distribuição pública, sendo as debêntures escriturais, emitidas em duas séries, sendo a 1ª série no montante total de R\$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com remuneração atrelada à taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros “Over Extra-Grupo” de um dia, calculada e divulgada pela CETIP (“Debêntures da 1ª Série”), e a 2ª série no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), indexada ao Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) (“Debêntures da 2ª Série” e, quando consideradas em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão (conforme definido no item (g) abaixo), totalizando o montante de R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais), mediante a emissão de 54.000 (cinquenta e quatro mil) Debêntures, o qual poderá ser elevado, a critério da Companhia, em até 20%, conforme estabelecido no § 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003; (II) deliberar sobre a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59; (III) deliberar sobre a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da 5ª Emissão de Debêntures, ratificando os atos praticados até a presente data pela Diretoria com tal finalidade; (IV) alterar a redação da letra “r” do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; e (V) consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações propostas nesta Assembléia Geral. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS ACIONISTAS PRESENTES:** (I) Os acionistas reunidos em Assembléia Geral de Acionistas aprovaram a 5ª Emissão de Debêntures, com as seguintes características: (a) Valor Total da Emissão: o valor total da 5ª Emissão de Debêntures será de R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão; (a.1) Aumento do valor total da Emissão a critério da Coelba: nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e do “Contrato de Distribuição Pública sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

Conversíveis em Ações, Quirografárias, Sem Garantia, em Duas Séries, da 5ª Emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba”, a Coelba reserva-se o direito de exercer a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas inicialmente requerida em até 20% (vinte por cento) unicamente em uma das séries ou em ambas e, nesse último caso, em qualquer proporção, a critério da Coelba; **(b) Número de Séries:** duas séries, sendo a 1ª série no montante total de R\$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com remuneração atrelada à taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros “Over Extra-Grupo” de um dia, calculada e divulgada pela CETIP, e a 2ª série no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), indexada ao IGP-M; **(c) Quantidade de Títulos:** serão emitidas 54.000 (cinquenta e quatro mil) Debêntures, sendo, 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures da 1ª Série e 10.000 (dez mil) Debêntures da 2ª Série, podendo ser emitidas Debêntures adicionais, de acordo com o item (a.1) acima, unicamente em uma das séries ou em ambas e, nesse último caso, em qualquer proporção, a critério da Coelba; **(d) Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”); **(d.1) Atualização do Valor Nominal Unitário:** as Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado, a partir da Data de Emissão, inclusive, de acordo com a variação do número-índice do IGP-M (“Atualização”); **(e) Espécie das Debêntures:** as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia; **(f) Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão escriturais e simples, não-conversíveis em ações; **(g) Data de emissão:** para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 01 de junho de 2005 (“Data de Emissão”); **(h) Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 01 de junho de 2010 (“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 01 de junho de 2011 (“Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série” e, quando considerada em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, “Data de Vencimento”); **(i) Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Emissão. Será solicitado registro para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo a subscrição liquidada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”). Será, também, solicitado registro para negociação das Debêntures no mercado secundário, (a) no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (“Bovespa”), sendo a negociação e a liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”); **(j) Formas de subscrição e integralização:** a subscrição das Debêntures será

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

efetuada por meio dos procedimentos da CETIP; **(k) Pagamento do Valor Nominal Unitário:** **(k.1)** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será pago pela Coelba em 5 (cinco) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão (“Amortização” ou “Amortizações”), da seguinte forma: (i) 01 de junho de 2008: 20% do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série; (ii) 01 de dezembro de 2008: 20% do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série; 01 de junho de 2009: 20% do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série; 01 de dezembro de 2009: 20% do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série; 01 de junho de 2010: 20% do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série; **(k.2)** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será pago pela Coelba em 1 (uma) única parcela, equivalente a 100% (cem por cento) do volume total das Debêntures da 2ª Série, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; **(l) Remuneração:** **(l.1) Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros correspondentes à acumulação da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extragrupo (“Taxa DI”), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread* máximo ou sobretaxa máxima (“*Spread* das Debêntures da 1ª Série”), a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (*Spread* das Debêntures da 1ª Série, em conjunto com a Taxa DI, denominados “Remuneração das Debêntures da 1ª Série”); **(l.2) Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração que inclui a Atualização do Valor Nominal Unitário e Juros Remuneratórios (conforme definido no item (l.2.2) abaixo) (denominada “Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e, quando designada em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”), na forma descrita a seguir: **(l.2.1) Atualização:** as Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número-índice do IGP-M, sendo o produto da Atualização incorporado a este automaticamente; **(l.2.2) Juros Remuneratórios:** as Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa anual, que vier a ser deliberada pelo Conselho de Administração da Coelba (“*Spread* das Debêntures da 2ª Série” e, quando designado em conjunto com o *Spread* das Debêntures da 1ª Série, o “*Spread*”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis (“Juros Remuneratórios”); **(m) Periodicidade do Pagamento da Remuneração:** **(m.1)** a Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 01 de dezembro de 2005 e o último, em 01 de junho de 2010; **(m.2)** os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, bem como sua Atualização, serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

ocorrerá em 01 de junho de 2006 e o último, em 01 de junho de 2011; **(n) Local de pagamento:** os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Coelba, no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC; **(o) Encargos Moratórios:** ocorrendo atraso imputável à Coelba no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); **(p) (p.1) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático:** o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Coelba constantes da escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Coelba nos termos da escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela Coelba, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas, que vier a estar prevista na escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência; (ii) (a) pedido de concordata preventiva formulado pela Coelba e/ou por seus acionistas controladores e/ou por sociedades controladas pela Coelba; (b) pedido de auto-falência ou de falência da Coelba, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Coelba, formulado pela Coelba e/ou por seus acionistas controladores, (c) decretação de falência da Coelba, seus acionistas controladores e/ou de sociedades controladas pela Coelba, ou (d) se a Coelba e/ou seus acionistas controladores e/ou se as sociedades controladas pela Coelba propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) se a Coelba e/ou seus acionistas controladores e/ou se as sociedades controladas pela Coelba ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Coelba, seus acionistas controladores e/ou das sociedades controladas pela Coelba e não devidamente elidido pela Coelba seus acionistas controladores e/ou das sociedades controladas pela Coelba no prazo de 10 (dez) dias (prazo legal); (iv) término, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 010/97, celebrado entre a Coelba e o Poder Concedente (União), em 08 de agosto de 1997, conforme aditado em 27 de dezembro de 2002, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado da Bahia ("Contrato de Concessão"); (v) inadimplemento, pela Coelba, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

descumprimento da obrigação; (vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Coelba, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (vii) protesto de títulos contra a Coelba, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Coelba, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo; **(p.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado por deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas:** o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures: (i) descumprimento, pela Coelba, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste item (p.2); (ii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Coelba em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento; (iii) caso as declarações e garantias prestadas pela Coelba na escritura sejam descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas; (iv) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Coelba que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de Assembléia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; e (v) alteração do atual controle acionário da Coelba, direto ou indireto, sem que os debenturistas, previamente reunidos em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração; **(p.2.1)** sem prejuízo do item (p.2.iv) a Coelba poderá realizar cisão e/ou redução de seu capital social para implementar o processo de desverticalização da Coelba no que diz respeito aos ativos de Transmissão, de Geração, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN e/ou da Garter Properties, Inc.; **(p.2.2)** para os fins do artigo 231, da Lei n.º 6.404/76, a aquisição das Debêntures acarretará a imediata aprovação, por parte do Debenturista, de qualquer operação de cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Coelba que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas acima. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada Assembléia Geral de Debenturistas especial para sua aprovação prévia, nem tampouco será exigido o resgate das Debêntures por parte da Coelba, de que tratam o artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, e seu § 1º; **(p.2.3)** para os fins do § 3º do artigo 174, da Lei n.º 6.404/76, a aquisição das Debêntures acarretará a imediata

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

aprovação, por parte do Debenturista, de qualquer operação de redução de capital social envolvendo a Coelba que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas acima. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada Assembleia Geral de Debenturistas especial para sua aprovação prévia; **(p.3)** observado o disposto no item (p), configurar-se-á, também, hipótese de vencimento antecipado deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas, o descumprimento da seguinte obrigação: manutenção, pela Coelba, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três inteiros); (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois inteiros). Para os fins deste item (p.3): "Dívida Líquida": significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; "EBITDA": significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; "Resultado Financeiro": significa a diferença entre a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1". Os índices e limites financeiros estabelecidos logo acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final do próximo trimestre fiscal para obter o seu restabelecimento. **(q)** Repactuação: não haverá repactuação das Debêntures; e **(r)** Resgate Antecipado Facultativo: não haverá resgate antecipado facultativo. **(II)** Aprovar a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59. **(III)** Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da 5ª Emissão de Debêntures, podendo, inclusive, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade. **(IV)** Aprovar a alteração da redação da letra "r" do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação: *(r) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.* **(V)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, cujo texto, para todos os fins de direito, vai integralmente transcrito e passa a fazer parte desta ata como anexo. As alterações estatutárias submetidas a esta Assembleia foram enviadas para apreciação da ANEEL e estão condicionadas à sua aprovação. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, conferida, aprovada e assinada pelo Presidente da mesa e por mim, que secretariei esses trabalhos, e assinada pelos acionistas que representam mais de dois terços do capital

L 6



CNPJ Nº 15.139.629/0001-94


NIRE 2930003810

COMPANHIA ABERTA - REGISTRO CVM 1.452-4

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 002/05 DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005**

social com direito a voto. Salvador, 20 de maio de 2005. Presidente: Cláudia Cunha Fragoso; Secretário: Lúcio Aragão Santos, Acionistas: (a) NEOENERGIA S.A., p.p. Cláudia Cunha Fragoso.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO COMPETENTE


Lúcio Aragão Santos
Secretário



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2005
JUCEB SOB Nº 96617414

Protocolo: 05/113546-9

Empresa: 29 3 0000381 6
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - COELBA


LAFAYETTE PONDE FILHO
SECRETARIO-GERAL